

Interseccionalidade, dororidade e empoderamento:

As “preta-sapatão-feminista” do Sul

Cláudia Samuel Kessler¹

Andressa Mourão Duarte²

Resumo: O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas realizadas no interior do Rio Grande do Sul (RS, Brasil) com mulheres que negociam com as categorias “preta”, “sapatão” e “feminista”. A partir da ideia de (r)existência, são analisados os discursos individuais sobre o pertencimento dessas mulheres nos diferentes movimentos sociais com os quais se identificam: negro, lésbico e feminista. Objetiva-se, ao longo do texto, entender como se articulam os diferentes marcadores sociais (gênero, geração, raça, classe e sexualidade) e como eles influenciam nas vivências individuais e no empoderamento coletivo. Tem-se como conceitos articuladores destas experiências a interseccionalidade, a “dororidade” e o empoderamento, a partir dos quais se pretende apreender de uma maneira um tanto quanto localizada as experiências de marginalização social, bem como as de subversão. Evidenciam-se que as relações de poder instituídas são constantemente tensionadas e nem sempre o pertencimento aos grupos se dá de maneira semelhante ou com a mesma intensidade.

Palavras-chave: Gênero. Lésbicas. Feminismo. Negritude. Sul.

¹ Doutora em Antropologia Social (UFRGS). Mestre em Ciências Sociais (UFSM). Bacharela em Ciências Sociais e em Comunicação Social -. Jornalismo (UFSM).

² Doutoranda em Ciência Política (UFRGS). Mestre em Ciências Sociais (UFSM). Bacharela em Ciências Sociais (UFSM).

O presente artigo apresenta-se como um esforço de articulação entre as vivências de mulheres que se autointitulam pretas, feministas e que experienciam relações afetivas/sexuais com outras mulheres. Todas elas residem no interior do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. A escolha desse grupo se deve à necessidade de privilegiar as vozes de mulheres que estejam em circuitos de militância diferentes dos existentes na capital do Estado, cidade com mais visibilidade e outras configurações sociais. Articulamos essas vivências com três termos conceituais, todos ligados ao movimento negro, de mulheres negras e/ou feminista negro, entre os quais estão: interseccionalidade, dororidade e empoderamento. Estes conceitos estão frequentemente presentes na produção intelectual de mulheres negras.

Em relação aos termos empregados neste artigo, a dororidade é um neologismo criado pela escritora negra brasileira Vilma Piedade. Empoderamento consiste em um neologismo do teórico brasileiro branco³ Paulo Freire, provindo da expressão inglesa “*empowerment*” e que aqui será analisado a partir de Joice Berth (2018), pesquisadora negra brasileira. E o conceito de interseccionalidade está fortemente relacionado com as políticas feministas negras estadunidenses das décadas de 1960 e 1970, posteriormente apresentadas em panfletos e poesias nos contextos do ativismo de mulheres negras da década de 1980 (COLLINS, 2017). Interseccionalidade compreende variados aspectos teóricos, conceituais e de experiências no feminismo negro, sendo tratado não apenas por teóricas internacionais, mas também por brasileiras.

Embora o termo interseccionalidade não fosse comumente empregado por intelectuais e ativistas na década de 1980 no Brasil, cabe lembrar que intelectuais e ativistas do Sul Global, como Lélia Gonzalez, Luiza Bairros e Sueli Carneiro, articularam em seus escritos importantes questões sobre identidade racial e seus entrecruzamentos de gênero, classe e sexualidade. Suas contribuições não

³ Para sermos coerentes e deixarmos explicitadas as marcas que a racialização produz, visibilizamos também a branquitude presente nas contribuições acadêmicas, constantemente invisibilizada.

necessariamente se referiam às relações afetivo-sexuais de mulheres lésbicas, mas refutavam a ideia cristalizada no imaginário nacional de que mulheres negras são naturalmente lascivas. Neste sentido, cabe ressaltar que no artigo “Nossos feminismos revisitados”, Bairros (1995) apresenta com autoridade intelectual os usos da interseccionalidade para compreender como se reconfiguram as dimensões da opressão que perpassam por raça, gênero, classe e sexualidade. A autora enfatiza que, “de acordo com o ponto de vista feminista portanto não existe uma identidade única pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas” (BAIRROS, 1995, p. 461).

A interseccionalidade, tal como a entendemos atualmente, foi originada academicamente como uma terminologia compreensiva, a partir da socióloga afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, a qual utiliza um termo que expõe uma forma de discriminação que reúne diversos elementos, os quais influenciam na exclusão de mulheres negras em variados espaços sociais. Crenshaw (1991) é uma pesquisadora feminista negra que proporciona aos leitores e leitoras um outro ponto de vista epistemológico, que reconhece a existência de múltiplos sistemas de dominação que afetam a vida das mulheres negras.

Articular todos os aspectos que envolvem a invisibilidade e a opressão de mulheres negras e lésbicas é algo complexo, mas tentaremos articular melhor esses elementos na próxima seção, que trata da interseccionalidade.

Interseccionalidade

Preta. Sapatão. Feminista. Estas três palavras carregam tanto marcas de opressão quanto de subversão. Reafirmar cada uma dessas palavras como uma identidade é reafirmar diferentes vivências e experiências, numa sociedade que com dificuldade abre seus olhos à diversidade e à valorização daquilo que extrapola as

lógicas mais conservadoras. Entretanto, é importante que se reflita como essas identidades são construídas e como são percebidas de maneira interseccionada. De que maneira a interseccionalidade pode ser vista por mulheres negras, lésbicas e feministas?

Escrever sobre feministas, negras e lésbicas é triplamente difícil. Difícil na medida em que se pode pensar numa intersecção a partir das múltiplas experiências vivenciadas por mulheres negras e lésbicas a serem abordadas e complexificadas⁴. É difícil definir quais são os marcadores vividos com maior intensidade. Existem vivências que geralmente são invisibilizadas nos artigos científicos, mas que influenciam na forma como cada sujeito se percebe e é percebido no meio social.

Quando se compreende melhor a experiência e política pessoal de cada mulher, isso auxilia a entender as dificuldades de sustentar a ideia de uma identidade comum a todas as mulheres. A feminista Gloria Anzaldúa, por exemplo, se definia como uma mulher chicana, lésbica, de classe proletária, mestiça (espanhola, indígena e negra). Entendia-se como alguém que estava num “entre-lugar”.

Ao analisar-se a expressão de feminilidade em corpos de mulheres (cis ou trans), percebe-se que o gênero é algo contextual, que não é fixo ou estável. Essa feminilidade está além dos padrões impostos pela norma heterossexual, o que significa que a feminilidade é expressa de múltiplas formas, inclusive ao romper com os padrões impostos referentes a um modelo de existência de gênero binário que delimita sujeitos a partir de manifestações estética e discursivamente essencializantes. Nesse sentido, Connell e Messerschmidt (2013) nos auxiliam a entender que:

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se

⁴ Bairros (1995, p. 461) já trazia uma explicação sobre a possibilidade de acúmulo de opressões, ao afirmar que “(...) uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista”.

diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250).

Connell e Messerschmidt (2013) acreditam que a institucionalização das desigualdades de gênero deve ser entendida a partir da combinação com marcadores sociais como raça, classe e região. Pode-se pensar tanto as relações sociais quanto os aspectos corporais e simbólicos da constituição das masculinidades. Afirmam, portanto, que o estudo sobre as masculinidades deve ser mais refinado para que se possa perceber as variações existentes também em relação ao espaço (urbano ou rural) e contextos (espaços domésticos ou públicos e a diversidade de poderes simbólicos envolvidos). Ao complexificar estes aspectos, e principalmente ao considerar os contextos históricos, percebe-se que o que é considerado masculino varia de cultura para cultura, ao longo do tempo e ao longo da trajetória de vida de uma pessoa (KIMMEL, 1998). A exemplo disso, podemos pensar que os símbolos ocidentais ligados a masculinidade no passado, reforçados, por exemplo, pela figura hollywoodiana de Rambo nos anos 1980, com um homem branco extremamente forte e bélico, já começam a ser desconstruídos no presente, com questionamentos direcionados à violência e até mesmo à imagem de superioridade historicamente conferida aos homens brancos.

Ser sapatão, ou seja, ser uma mulher que rompe com a heterossexualidade compulsória e que não performa padrões de feminilidade impostos pela noção heterocisnormativa, é uma forma de romper com as imposições, sejam elas relacionadas à sexualidade ou à identidade e à expressão de gênero. Ser sapatão é um posicionamento político que ressignifica um termo que por muito tempo foi utilizado para desqualificar e ofender mulheres lésbicas e por vezes marginalizar demonstrações estéticas mais livres em movimentação ou em desacordo com um padrão social de feminilidade. Em alguns momentos pode, portanto, haver o distanciamento ou aproximação performática, conforme a necessidade ou desejo daquela mulher. Isso demonstra que a expressão de gênero pode servir a estas mulheres da maneira como elas desejarem, sem serem

meramente reprodutoras. Elas são, portanto, sujeitos de criação, que combinam elementos e gêneros.

Em seu livro “Transviad@s”, Bento (2017) informa sobre essa nova categoria de sujeitos em que se enquadram negros, mulheres e pessoas trans: a de “novos sujeitos sociais”, sujeitos que buscam por legitimação social. Essas pessoas são marcadas pelas lógicas de disciplinamento e exclusão de corpos. Embora os movimentos sociais LGBTQIA+ e feminista ainda lutem por espaços, percebe-se que essa resistência não se dá sem constantes embates, nos quais a visibilização dos mecanismos de opressão é apenas uma das estratégias para gerar reflexão sobre a Outridade. Essa Outridade, esse Outro, é a diferença que bate à porta.

Conforme Akotirene (2018), a interseccionalidade é a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, ou seja, é um sistema de opressões integradas. Esse cruzamento entre gênero, raça e classe demonstra a necessidade de que as opressões não sejam hierarquizadas e haja a busca para eliminar todas, indistintamente. Ao visibilizar a interseccionalidade, explicita-se o machismo dos homens negros e o racismo das mulheres brancas. Akotirene (2018, p. 25) afirma que as mulheres negras promovem uma reflexão epistemologicamente singular: “Notemos que as mulheres negras, na condição de Outro, propuseram ação, pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal racista, capitalista, sem nenhuma convivência subjetiva com a dominação masculina”.

Ao explicar a interseccionalidade, Patricia Hill Collins (2017) afirma que ao se focar apenas um dos aspectos das vivências subalternizadas, corremos o risco de produzir análises parciais e incompletas acerca da injustiça social presente na vida de mulheres negras. É importante, portanto, perceber e ressaltar essa interconexão entre categorias analíticas.

A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de

conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado (COLLINS, 2017, p. 7).

Ademais, Ribeiro (2018) afirma que ao tratar as mulheres a partir de um discurso universal, esquece-se que elas são oprimidas de formas diferentes. As especificidades das opressões sofridas pelas mulheres também importam⁵. Além das opressões de gênero, Ribeiro (2018) ressalta o racismo, a lesbofobia e a transmisoginia como possíveis intersecções.

Quando falamos sobre interseccionalidade, não pode ser esquecida a importância das contribuições da caribenha-estadunidense Audre Lorde (2020, p. 63), que se definia como “negra, lésbica, socialista, mãe de dois”. Embora o conceito de interseccionalidade não seja explicitamente apresentado na obra da autora, a ideia estava presente em seu discurso, quando Lorde (2020) afirmava que não se pode lutar apenas contra uma única forma de opressão, pois as opressões estão imbricadas (tais como machismo, heterossexismo e racismo). A falta de vozes de pessoas pobres, negras e lésbicas de países em desenvolvimento promove o silenciamento de grupos e a falta de uma polifonia dentro de diferentes espaços sociais, inclusive no discurso acadêmico.

Outra acadêmica e ativista que em muito contribuiu para o pensamento interseccional, embora assim não o chamasse, foi Angela Davis, colaboradora do movimento Panteras Negras e integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos. Davis (2016), articulou em seu livro “Mulheres, raça e classe” fatores importantes para o entendimento de violências e abusos pelos quais passam as mulheres negras, pautando um debate engajado e incisivo. Davis (2011) está longe de demonstrar uma neutralidade epistemológica em seus textos. Ela advoga em favor da reverência de uma

⁵ De acordo com Costa e Ávila (2005), a desestabilização de certezas trazida pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo influenciaram na constituição de diversas epistemologias, bem como fortaleceram as críticas aos discursos referentes à estrutura binária e os debates acerca de um "feminismo da diferença" (termo que se refere ao feminismo estadunidense, com críticas que abrangiam não apenas as opressões de ordem biológica, mas também opressões de fundo sociocultural, como as sofridas por feministas negras, lésbicas, trabalhadoras, etc.).

ancestralidade e do reconhecimento de uma diversidade dentro do feminismo, antes pensado de maneira universal.

Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011, s.p.).

Dentre as estruturas que reproduzem as desigualdades sociais, talvez uma das mais danosas seja o racismo institucional, ligado ao funcionamento do Estado e a outras instituições sociais, com práticas sociais em favor do grupo dominante (RIBEIRO, 2018). O racismo estrutural impede que vidas negras tenham acesso a bens e a serviços fundamentais, bem como torna difícil o acesso às mesmas oportunidades de pessoas brancas. Dessa forma, a mão de obra negra é a que ocupa corriqueiramente os postos de trabalho precarizados na economia, tal como caixas de supermercado, serventes da construção civil ou auxiliares de limpeza. De acordo com Ribeiro (2018, p. 36), “Pessoas que lutam contra as desigualdades não se fazem de vítimas: são vítimas de um sistema perverso e, ao mesmo tempo, sujeitos de ação, porque o denunciam e lutam para mudá-lo”.

A partir dessas reflexões realizadas, a primeira interlocutora a ser apresentada é Ada⁶, estudante em nível universitário, 21 anos, residente em Santa Maria - RS. Assim como as demais interlocutoras deste artigo, Ada faz parte de uma jovem militância que se orgulha de sua cor de pele e de sua ancestralidade. Ela possui acesso a leituras, que de acordo com o ponto de vista pessoal e coletivo, são importantes para a constituição

⁶ Este nome é fictício, a pedido da entrevistada.

de suas identidades e de suas lutas, como Angela Davis e, mais recentemente, Djamilia Ribeiro.

Ada se autointitula preta, feminista e lésbica. Ela possui uma visão crítica em relação ao lugar que ocupa na sociedade e se indaga *quando* e *se* outras negras poderão ocupar os espaços acadêmicos. Afirma se sentir mais livre para abordar acerca de sua lesbianidade no âmbito do movimento negro. Acredita não haver preponderância de sua atuação em nenhum dos movimentos, visto que se identifica e atua pelos dois, numa única luta.

Ser mulher não é fácil. Ser mulher e mulher preta muito menos. Ser mulher, preta e lésbica é luta e resistência constante. Costumo dizer que lutando eu me deito, resistindo me levanto. A sociedade branca-machista tenta nos tornar invisíveis o tempo inteiro. E quando eu digo machista, eu quero também me referir ao tanto de mulher branca que tenta arduamente nos calar, invisibilizar nossa luta (Ada, 21 anos).

A fala de Ada evidencia que existe socialmente uma marcante produção e reprodução dos papéis de gênero, costumeiramente sustentada por uma base biológica e cultural que implica diretamente na binaridade sexo/gênero. Conforme Segato (2012), a existência de indivíduos cujos corpos e comportamentos sociais e culturais não seguem a binaridade, carrega um conjunto estruturado que se compreende no que a autora chama de “ordem colonial moderna nas relações de gênero”.

A existência de gêneros manifesta uma desigual distribuição de responsabilidade nas práticas sociais, sendo que os critérios desta distribuição estão baseados em ideias sexistas, classistas e racistas. Assim, ser uma mulher negra e lésbica, em destaque aquelas que romperam como os padrões heterocisnormativos de performance de gênero, significa ser invisível diante da interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidade. Essa invisibilidade do corpo negro feminino somada à sexualidade, amplia ainda mais a invisibilidade.

Segundo Audre Lorde (2007), as experiências de mulheres negras lésbicas são diferentes das experiências de mulheres brancas marginalizadas, da mesma maneira que

o debate sobre as experiências das mulheres lésbicas ainda não são centrais nos debates feministas nem LGBTQIA+. Neste sentido, enquanto proposta de uma produção acadêmica contra hegemônica cabe ressaltar a importância de uma produtividade científica que ultrapasse os limites da ciência heterobrancoeuronormativa (BOTELHO; SANTOS, 2017, p.1).

Além dos fatores referentes à sexualidade, devemos ressaltar aqueles que se relacionam com a organização das mulheres em torno de questões políticas e sociais que as sensibilizam ou afetam. Mais especificamente, nos referimos à ideia de dororidade, uma construção que auxilia a pensar tanto as questões referentes ao feminismo quanto ao movimento negro.

Dororidade

“Dororidade” é um termo cunhado pela intelectual feminista brasileira Vilma Piedade. Piedade (2017) criou uma expressão que não apenas faz menção à sororidade, que significa apoio, união e irmandade entre mulheres. Por meio da expressão “dororidade”, busca ampliar e especificar a união entre as mulheres.

A pesquisadora Vilma Piedade (2017) explicita a luta das mulheres negras. A ideia de luta em muito é associada com a de masculinidade, a qual também é relacionada ao combate, à competição, à violência. Deve-se, entretanto, perceber que a luta pode ser também empreendida por corpos femininos e corpos de mulheres, independentemente de sua raça/etnia.

Embora não possamos generalizar as experiências de mulheres negras e lésbicas, é importante explicitar o quanto a violência se faz presente em muitas dessas vivências. Talvez pior que o luto sentido pelas famílias, seja a impunidade de responsáveis por produzir e perpetuar a violência. As mulheres negras e lésbicas podem sofrer com agressões físicas e simbólicas, de cidadãos ou de autoridades policiais. A invisibilização

dessas jovens faz com que suas mortes, em muitas vezes, componham somente parte das estatísticas. Conforme os dados coletados pelo “Dossiê sobre lesbocídio no Brasil” (PERES, SOARES, MARQUES, 2018), os crimes de ódio e preconceito em relação a lésbicas tem por base a misoginia e apresentaram aumento nos últimos tempos. Entre 2014 e 2017 aconteceram 126 mortes, sendo que em 2017 foram registrados 54 casos. A maioria destas brasileiras eram jovens entre 20 e 24 anos.

Nas relações entre pessoas do mesmo sexo, principalmente nas relações entre mulheres, pode haver a reprodução da heteronormatividade. A heterossexualidade possui um caráter mandatório e opressivo para as pessoas que não estão em conformidade com a norma social. O pensamento heterossexual possui a tendência de universalizar não apenas a produção acadêmica, mas o discurso circulante, mediante a construção e reprodução de conceitos generalizantes, que aparentemente deveriam ser válidos para todas as sociedades, todas as idades e todos os indivíduos.

Em sua obra intitulada “Dororidade”, Piedade (2017) apresenta o silenciamento em relação à dor das mulheres negras, as quais são unidas por uma violência histórica causada pela escravização sobre sua língua, cultura, estética, religião e direitos. O racismo é explicitado como um fator negligenciado na luta feminista, de uma dor que une pela cor da pele, pela história e pela descendência. Piedade (2017, p. 45) explica acerca de sua escrita da seguinte forma: “Minha escrita, minha escuta, minha fala trazem a marca das aberrações que o Racismo nos imprime e nos empurra goela abaixo no cotidiano”.

A autora Piedade (2017, p. 17) denuncia em seu discurso o poder de vivências marcadas pela cor da pele: “Quanto mais preta, mais racismo, mais dor”. Essa dor é também a dor de ser incompreendida na sua expressão de gênero, como relatou Ayodé, 22 anos⁷. É a dor de ter seu passado reduzido à submissão/inferiorização pela herança de

⁷ Este nome é fictício, a pedido da interlocutora. É importante ressaltar que as escolhas dos nomes privilegiaram a escrita e cultura africanas.

um passado marcado historicamente pelo de tráfico e exploração da população negra (e não pelas majestades que eram em seus territórios de origem).

São experiências que resistem, se rearticulam e demonstram as possibilidades de posituação da história e dos fazeres dos povos de origem ou descendência africana. A intolerância cerceia a liberdade de expressão religiosa, de sexualidade e de expressões de gênero diferentes das consideradas tradicionais. Afirmar-se enquanto preta, lésbica e feminista, conforme nossas interlocutoras, é uma afronta ao desrespeito e à discriminação que insistem em se colocar como empecilho para as diferentes formas de viver.

Janine, 21 anos, universitária, afirma participar apenas do ativismo local no movimento negro (Coletivo Dandaras e JUNF) e no feminismo (Coletivo Feminismo das Pretas). Ainda, em relação a sua militância, Janine entende que:

A importância de militar nesses movimentos é empoderar mulheres negras diante do sistema branco, colonizador, elitista, para mostrar que é possível chegarmos aonde quisermos. Se há alguns anos calaram nossas vozes, hoje em dia resistimos, empoderamos, lutamos para que sejamos cada vez mais reconhecidas socialmente e não em subcategorias, como gostam de nos colocar (Janine, 21 anos).

Para Janine, ser chamada de preta vai além de ser um mero elogio e reforça que “do meu ponto de vista, não é somente elogio, é resistência!”. Quanto ao movimento lésbico, Janine afirma que: “Eu não consigo me ver como uma menina lésbica, por mais que eu apoie o movimento. Não consigo me ver e dizer que sou lésbica”. Janine demonstra como é difícil a autoidentificação com a lesbianidade, seja pelos estigmas que essa sexualidade possui, seja pelas possibilidades existentes na atualidade quanto à fluidez nas práticas sexuais e autoidentificações. Para ela é difícil definir-se.

Conforme Janine, embora a sociedade possa tratá-la como uma subcategoria, o compartilhamento de experiências com outras mulheres negras a faz sentir-se

pertencente a um grupo que entende muitas das situações pelas quais ela passa em seu cotidiano, e afirma:

A pior dor em ser mulher negra é ver que a sociedade passa a te enxergar de uma maneira que sempre passa uma visão de inferioridade e nunca melhor que eles (brancos). Buscamos todos os dias mostrar que somos capazes e que jamais seremos submetidos a menos que o lugar onde a gente deve estar. Eu procuro sempre compartilhar vivências é muito importante ser acolhida por outras mulheres negras que um dia já passaram e vivenciaram a mesma dor (Janine, 21 anos).

A heterossexualidade, portanto, pode ser vista não somente pelo seu caráter de prática sexual, mas como um regime político que afeta as interações sociais. Há um controle dos corpos de mulheres, principalmente no que se refere à sexualidade ou ao desvio do que é considerado como norma desejável. Conforme Saunders (2017, p. 107) “[...] a total autonomia das mulheres ameaça as instituições sociais dominadas pelos homens, como a família, o Estado e a religião; instituições que são centrais na reprodução econômica, cultural e política do heteropatriarcado”.

Diferente do depoimento de Janine, a estudante universitária Abbena⁸, 22 anos, afirma que o preconceito que mais lhe atinge não está relacionado à sexualidade, mas sim, à raça. Ela é natural de Caxias do Sul - RS e diz que, antes de se mudar para Santa Maria, teve dificuldades para participar do movimento LGBT porque morava em um “bairro pobre e marginalizado” e o movimento de Caxias era branco e elitista, realizado em lugares que ela não tinha condições financeiras de frequentar. Em relação ao movimento negro, ela se reconheceu desde cedo como integrante e sentia discriminações diárias. Quando faltava água ou luz em seu bairro, os moradores trancavam o trânsito na rua e reivindicavam por mais respeito. Quanto à visibilidade de sua sexualidade, ela afirma que, por não se apresentar com o estereótipo da “mulher sapatão”, e sim de uma forma mais feminina, ela não sente tanto preconceito como o que ela sofre em relação a sua cor.

⁸ Este nome é fictício, a pedido da interlocutora.

O relato de Abbena demonstra algo presente na obra de Butler (2003). De certa forma, pode-se entender que a ideia de uma coerência heterossexual é uma ficção utilizada para a regulação dos corpos. Entretanto, essa unidade fabricada não condiz exatamente com as formas de expressão dos sujeitos. O coletivo Combahee River - grupo de ativistas lésbicas negras, que atuou de 1974 a 1980, em Boston (MA, EUA) - influenciou na luta contra a opressão cultural colonialista e realizou uma poderosa crítica ao heteropatriarcado. As três ativistas que compunham este grupo - Barbara Smith, Beverly Smith e Demita Frazier - tinham como inimigos o imperialismo e o capitalismo. Defendiam o socialismo e não focavam em apenas uma opressão. Embora o contexto vivido por elas fosse o estadunidense e não o brasileiro, deixavam um legado importante no sentido de iniciar um debate sobre a necessidade de entender que “o pessoal é político” e sobre a necessária conscientização das mulheres em relação à união de todas. Elas questionavam o separatismo lésbico, por entender que era uma estratégia política que abandonava muitas pessoas, como homens, mulheres e crianças negras. Para elas, era necessária a solidariedade entre pessoas negras contra a opressão racial.

As vivências aqui apresentadas são importantes na medida em que demonstram o poder e a complexidade da interseccionalidade na vida das negras sapatão. A partir do entendimento de suas realidades, pode-se pensar na importância de algo que torne essas pessoas menos invisibilizadas e menos vulneráveis a opressões enraizadas na cultura brasileira e ocidental.

Empoderamento

Conforme o Macmillan Dictionary (2018), a palavra *empower* possui o significado de força e bravura. Entretanto, o uso atual da palavra, ligado à concessão de mais confiança ou poder é uma versão moderna, datada de 1986. Conforme Freitas

(2016), Julian Rappaport, um psicólogo estadunidense, cunhou *empowerment* em 1977, para reforçar a necessidade de prover ferramentas a alguns grupos oprimidos, para que tivessem maior autonomia para se desenvolverem.

O feminismo negro, ressalta Ribeiro (2018), não é apenas uma luta identitária, mas a busca por projetos democráticos de inclusão. Ser preta, portanto, é ato de resistência, é lembrar que o passado escravocrata ainda incomoda, que a sensação de inadequação está presente quando se utiliza os padrões eurocêntricos de beleza. Para Ribeiro (2018), é necessário restituir humanidades negadas e retirar uma máscara que cala a voz e a existência.

Ayodé se auto-identifica como preta e sapatão. Ela tem 23 anos e estuda numa universidade pública no interior do Rio Grande do Sul. Ela sente-se afetada por ser observada em lojas e mercados. Ela percebe que o tratamento que recebe é diferente, é algo que a machuca, que causa desconforto. Sente mais os olhares e tratamento preconceituoso, seja pela questão da raça ou da sua aparência, mais associada às masculinidades.

A feminilidade e a masculinidade socialmente aceitas estão presentes na construção simbólica reproduzida em nossa sociedade. Percebe-se isso na imposição do uso de maquiagens e acessórios, para as mulheres; e para as roupas largas e de cores sóbrias para os homens, por exemplo. A partir do pensamento da filósofa Judith Butler (2003), percebe-se que gênero e performance extrapolam as noções binárias. É imposta, muitas vezes a partir dos estereótipos, uma única forma de pensar e perceber as vivências, privilegiando tudo aquilo que esteja ligado à uniformização, ao disciplinamento das expressões. Há, portanto, uma necessidade de compreender os processos de reiteração e desestabilização realizadas pelos sujeitos e suas práticas.

Ayodé reúne atributos que estão à margem e desabafa: “Sapatão. Gorda. Seguidamente sou confundida com homens. Será que é o meu cabelo afro e curto? Apesar de as pessoas falarem mais no cotidiano sobre as questões de gênero, fico ainda

chateada de ter que ficar corrigindo as pessoas”. Além das questões referentes a sua expressão de gênero e raça, Ayodé buscou entender melhor sua sexualidade a partir dos 17 anos. Ela afirma que a lesbianidade raramente é discutida em sua família e fica mais restrita aos círculos de amizade.

Cheryl Clarke, poeta ensaísta e feminista negra estadunidense, entende a existência da mulher lesbiana como política, como modo de vida. Para ela, a lesbianidade é um ato de resistência, uma forma de descolonizar o corpo. Ela escreve em favor do feminismo lésbico e critica o patriarcado negro (que busca se igualar a uma masculinidade hegemônica e branca). Nem homem e nem branca, a lésbica negra desconstrói a imagem idealizada do feminismo, visibilizado pela figura de mulheres brancas europeias, jovens, pertencentes à classe média e heterossexuais.

Convergendo para um olhar mais ao Sul, a pensadora cubana Tanya Saunders (2017) desconstrói o pensamento ocidental racista a partir do que chama de “epistemologia negra sapatão”, que devolve à mulher negra o estatuto de humanidade, que lhe foi retirado na construção de sujeito. É, portanto, uma teoria de liberação decolonial, que se contrapõe à epistemologia ocidental eurocêntrica. Conforme Saunders (2017), o que se chama de “humanidade” foi uma construção baseada no homem branco, burguês, cristão cis e heterossexual.

Nas vivências negras percebe-se o sofrimento causado pelos mais diversos preconceitos, tais como os presentes na violência policial, no encarceramento, no silenciamento, no etiquetamento e na seletividade racial (AKOTIRENE, 2018). Reivindicar um lugar, seja ele social ou *lugar de fala* - expressão abordada por Djamilia Ribeiro (2018) - é não apenas demonstrar insatisfação, é fazer-se perceber e também empoderar-se.

Nas relações de poder, principalmente as instituídas no mundo acadêmico, os conhecimentos tradicionais afro e indígenas costumam ser invisibilizados. Neste sentido, Ribeiro (2018, p. 22) entende que: “Valorizar o saber das *iyalorixás* e dos

babalorixás, das parteiras, dos povos originários é reconhecer outras cosmogonias e geografias da razão”. Para nossas interlocutoras, é necessário invocar a negritude com toda a sua força e ancestralidade. É preciso reivindicar sua cor como pertencente à sociedade, ultrapassando o lugar de marginalidade que foi imposto. A mulher negra, reforça-se, não é apenas a doméstica e nem o objeto de desejo sexual.

Conforme Berth (2018), empoderar é também visibilizar privilégios historicamente perpetuados, é visibilizar mecanismos de opressão. Se privilegiada a visão freireana, entende-se que são os grupos oprimidos que empoderam a si próprios. A criação de termos, portanto, é fundamental para a mudança de algumas perspectivas que reiteram preconceitos e, neste sentido, o conceito de negritude, por exemplo, originou um movimento cultural e político de valorização da identidade africana.

Considerações Finais

Que voz deve ter uma lésbica que se rebela a ser condenada ao silêncio? Qual a potência que sua voz pode ter? As mulheres negras e lésbicas perturbam as hegemonias, desestabilizam os privilégios e reivindicam por espaços (inclusive os de fala) que não lhes são cedidos. Quando chegam a estes lugares, reforçam aquilo que Audre Lorde (2020, p. 63) já dizia: “(...) não podem existir hierarquias de opressão”. Do ponto de vista interseccional, os grupos oprimidos deveriam unir-se para lutar em prol de ações políticas efetivas.

Apresentamos neste texto relatos de jovens que têm também vivenciado experiências ligadas a lesbianidade, negritude e gênero no interior do Rio Grande do Sul. Mulheres cujas histórias de vida, por mais “iguais” que pareçam ser em relação a outras, dificilmente podem ser categorizadas em uma mesma localização social de “mulheres negras”. Suas histórias de vida configuram pontos nevrálgicos para o entendimento de necropolítica e territorialidades. Inspiradas nas críticas à categoria

universalizante de “mulher” das feministas das décadas de 1980, vale pensarmos nos limites da recriação de uma categoria “mulher negra” que apresenta assimetrias de classe em suas bases.

Das violências que se sofre, aprende-se que viver é uma luta diária. Ao subverter as lógicas estabelecidas, a mulher, independentemente de sua raça ou geração, sofre cerceamentos. Ou seja, embora haja particularidades, existem impedimentos que são compartilhados histórica e culturalmente. Se formos aprofundar as questões relativas aos papéis sociais das mulheres, ou seja, as expectativas criadas sobre o que elas devem ser e fazer, percebe-se que a questão reprodutiva ainda é bastante forte. Neste sentido, descumprir com as expectativas sociais sobre a necessidade de reproduzir, de gerar, de procriar, também é uma forma de resistir.

Deve-se também pensar não apenas nas identidades, mas nos sentimentos e pensamentos que vão além dos rótulos. A que se resiste? Haveria a reprodução de um projeto neoliberal que trata a todos, todas e todes como seres voltados ao consumo, sem efetivamente respeitar mulheres gordas, trans, das zonas rurais ou pobres? As mulheres aqui entrevistadas apresentam um universo mais complexo que o da mera conceituação.

São muitas as opressões sofridas pelas mulheres negras e lésbicas, desde o nascimento. A visibilidade destas vivências é incômoda. Em resposta ao famoso artigo da indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010), essas vozes colocam que é possível sim o subalterno falar, mesmo que seja uma preta sapatão feminista do Sul. Essas mulheres demonstram a possibilidade de autonomia sobre seus corpos, desejos e dizeres, demonstram a necessidade de empoderamento, embora lhes siga sendo dito o contrário. É necessário que o empoderamento reverbere e vozes do Sul Global sejam ouvidas, para que se valorize as pessoas que não se conformam com a cisheteronormatividade e aquelas que cuja raça ou etnia não são brancas.

Referências

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BOTELHO, D.; SANTOS, F. M. da C. Um território decolonial: GEPERGES Audre Lorde. **I Encontro internacional de cultura, linguagens e tecnologias do Recôncavo**. 2017. Disponível em: enicecultufrb.org/ocs/index.php/enicecult/Ienicecult/paper/download/412/58. Acesso em: 9 fev. 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, 2017, p. 7-17.
- CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, 2013, p. 241-282.
- COSTA, C. de L.; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o 'feminismo da diferença'. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 691-703, 2005.
- CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, n. 32, n. 6, 1991, p. 1241-1299.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledés**. 12 jul 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- FIGUEIREDO, I.; ZANELLA, A. da S. O caso Marielle Franco: Resistência (d)à homossexualidade. In: ABRAHÃO E SOUZA, L. M.; ISHIMOTO, A. T.; DARÓZ, E. P.; GARCIA, D. A. (orgs.). **Resistirmos, a que será que se destina?** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, p. 77-99.
- FREITAS, A. A origem do conceito de empoderamento, a palavra da vez. **Nexo**. 6 out 2016. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.
- LORDE, A. **Sou sua irmã: escritos reunidos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- LORDE, A. **Sister outsider**. Freedom, CA: The Crossing Press, 2007.
- MACMILLAN DICTIONARY. **Empower**. Disponível em: <http://www.macmillandictionaryblog.com/empower>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- PERES, Milena; SOARES, Suane; MARQUES, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.
- PIEDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SANTOS, A. C.; SOUZA, S. B.; FARIA, T. Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas. **Periódicus**, v.1, n.7, 2017, p. 1-5.
- SAUNDERS, T. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Periódicus**, v.1, n. 7, 2017, p. 102-116.
- SEGATO, L. R., Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. 2012. Disponível em: https://nigs.ufsc.br/files/2012/09/genero_y_colonialidad_en_busca_de_claves_de_lectura_y_de_un_vocabulario_estrategico_descolonial__ritasegato.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

**Intersectionality, dororidade and empowerment:
The “black-sapatão-feminists” of the South**

Abstract: This paper presents the results of a qualitative research based on semi-structured interviews carried out in the interior of Rio Grande do Sul (RS, Brazil) with women who deal with categories as “black”, “sapatão” and “feminist”. From the idea of (r)existence, are analyzed individual discourses about the belonging of these women in the different social movements with which they identify themselves: black, lesbian and feminist. The objective, throughout the text, is to understand how the different social markers are articulated (gender, generation, race, class and sexuality) and how they influence individual experiences and collective empowerment. The articulating concepts of these experiences are intersectionality, “dorority” and empowerment, from which it is intended to apprehend in a somewhat localized way the experiences of social marginalization, as well as those of subversion. It is evident that the instituted power relations are constantly strained and not always belonging to groups occurs in a similar way or with the same intensity.

Keywords: Gender. Lesbians. Feminism. Blackness. South.

Recebido: 21/06/2021

Aceito: 12/03/2022